

Opinião

# Remover o "Entulho autoritário"

“Extinguir o SNI seria fundamental para cortar pela raiz o mal do autoritarismo”



\* José Genoíno Neto

A comissão interpartidária, criada para discutir os pré-requisitos necessários à convocação da Assembleia Nacional Constituinte, foi instalada há cerca de um mês. O seu ponto de partida e a direção dos seus trabalhos sempre se encaminharão no sentido da remoção daquilo que terminou sendo conhecido como "entulho autoritário", isto é, as sobrevivências do antigo regime militar-ditatorial que permaneceram a nível da legislação, tanto na Constituição, como nas leis em geral. Se este foi (e é) o ponto de partida vejamos até onde conseguimos chegar.

Pode-se dizer que os avanços foram importantes, mas, em muitos casos, não foram suficientes. Por exemplo, não foi tocada a estrutura de espionagem e repressão política e jurídica do velho regime. O SNI continua de pé e atuante. Quanto mais não seja para censurar os boletins médicos sobre a doença do Presiden-

te. Mas, as suas tarefas não se restringem a isto: seus olhos e ouvidos continuam atentos às atividades consideradas subversivas, suas unhas e dentes, certamente, estão recolhidas, mas, também é certo, continuam a postos para saírem à luz do dia, assim que forem chamadas. E, não é preciso dizer a ninguém que o SNI é o alicerce principal de toda a estrutura de poder anterior. A partir dele é que foram criados todos os organismos de informação, e foi também o SNI que inspirou, de forma prática, o surgimento de toda a legislação posterior, tal como a Lei de Segurança Nacional e demais etcéteras repressivos.

No meu entendimento, para que realmente se pudesse atacar de frente o "entulho autoritário" era necessário cortar o mal pela raiz: extinguir o SNI. A partir desta medida fundamental poderíamos ir andando em direção a uma "limpeza" geral na legislação e na Constituição. Isto significaria, por exemplo, extinguir também a LSN, as Salvaguardas Constitucionais etc. etc.. Porém, esta iniciativa a Comissão não tomou, ficando a cargo dos parlamentares, individualmente, fazerem as proposições de extinção destas leis.

Esta vacilação também vai marcar os outros passos da comissão, por isto afirmo acima que seus avanços foram importantes mas não suficientes. Tomemos outros exemplos: a concessão de voto ao analfabeto tornou-se uma meia medida, pois, ao mesmo tempo que se lhe concedia o direito de votar com uma mão, com a outra ele era impedido de ser votado. As pretensões dos analfabetos aos cargos públicos não podem ultrapassar os limites de uma Câmara Municipal, não podem atingir as deputações, tanto no âmbito estadual como federal, devem con-

tentar-se com as vereanças. Da mesma forma a legislação partidária manteve-se quase inalterada. Apenas foram mudados os percentuais de votação. Os anteriores 3% e 5% de votos necessários para que, atualmente, os partidos possam credenciar-se no Tribunal Superior Eleitoral passaram para 3% da votação nacional e 2% das votações estaduais, em, pelo menos, 9 Estados. Contudo, considero que a liberdade de organização partidária não poderia conviver com estes impedimentos. Os partidos políticos não deveriam mais ser tutelados pelo Poder Judiciário, que controla desde os prazos de suas convenções até sua situação financeira. A propósito, enviei à Comissão um projeto de emenda constitucional arguindo exatamente isto e propondo que os partidos se transformassem em entidades civis registrados, sem nenhuma burocracia, nos cartórios.

Para finalizar, desejo, porém salientar algumas medidas propostas pela comissão que foram extremamente positivas e que merecem todo o nosso apoio. Refiro-me, principalmente, à extinção da sublegenda, à revogação da Lei Falcão, às eleições nas capitais, à permissão das coligações. Estas são iniciativas que realmente apontam para o fim do "entulho autoritário" e que devem agora ser complementadas.

As "complementações" a serem feitas, como indiquei, devem atingir principalmente o SNI e o aparato repressivo como um todo. Obviamente sem esquecer aquilo que permanece na legislação como a LSN, as Salvaguardas, etc...

\* José Genoíno Neto é deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores e membro da Comissão Interpartidária que estuda a remoção do autoritarismo nas leis brasileiras. Mora no Butantã.

# Existe um entulho autoritário maior que a atual constituição?

JURA E AO PACTO SOCIAL



Vera Lúcia

Deputado José Genoíno

Duas questões de maior importância delimitam o caráter e a perspectiva da intervenção do Partido dos Trabalhadores em relação à Constituinte. A primeira delas é a necessidade da convocação, ainda este ano, de eleição para uma Assembleia Nacional Constituinte; a segunda questão, também de maior importância para o PT, é que a discussão referente à remoção do chamado "entulho autoritário" inclua não só a legislação partidária e eleitoral, mas igualmente a legislação excepcional, principalmente as salvaguardas Constitucionais, as atribuições do Conselho de Segurança Nacional, a Lei de Segurança Nacional, alguns capítulos da Lei de Imprensa e a extinção dos órgãos de repressão, que militarizaram a máquina de Estado no Brasil, nos últimos 21 anos.

Estas foram as primeiras impressões transmitidas ao PT São Paulo pelo deputado petista José Genoíno, representante do partido na Comissão Interpartidária instalada no Congresso, cujo objetivo é remover os "entulhos do arbitrio", preparando o caminho em direção à Assembleia Nacional Constituinte. Segundo o parlamentar, o maior entulho que existe no País é a atual Constituição. "E esse grande entulho só será suplantado com o Ato Convocatório da Assembleia Nacional Constituinte, soberana, amplamente democrática, a qual, a partir de sua eleição e instalação, elaborará uma nova Carta Constitucional" — diz ele.

Essa posição do PT já está registrada nos anais da Comissão Interpartidária, nos anais da Câmara dos Deputados e já existe um grupo de trabalho da Executiva Nacional para apresentar uma proposta de Ato Convocatório. Esta proposta de Ato Convocatório será apresentada logo, tanto ao nível da Câmara dos Deputados, quanto ao nível do conjunto da sociedade. A posição do Partido dos Trabalhadores é hoje compartilhada por diversas entidades democráticas como, por exemplo, pela OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) conforme manifestação do presidente do seu Conse-

lho Federal, Hermann Baeta, recentemente eleito. O PT é absolutamente contrário à eleição em 86 de um Congresso com poderes constituintes. Esta é também a opinião de vários conselheiros federais da OAB, além do seu presidente. Quando o futuro Congresso Nacional tomar posse já deve estar concluída a nova Constituição. Para o PT, o atual Congresso deveria continuar em seu funcionamento normal, enquanto os deputados constituintes terão até agosto de 1986 para concluir o trabalho de redação da nova Carta, antes da posse do novo Congresso. Isto impedirá que os constituintes legissem em "causa própria".

## Bandeiras esquecidas

De acordo com a opinião de Genoíno, para a discussão das propostas no sentido da remoção do chamado "entulho autoritário", as posições do PT são muito claras. "Nós queremos remover todo o entulho autoritário. Tanto no que diz respeito à legislação partidária e eleitoral, quanto à já citada legislação excepcional" — assinala. A proposta do PT está sendo amplamente defendida, contra a maioria do PMDB, do PFL, do PDS e do PTB, que discordam e procuram, nas suas propostas, limitar ao máximo a ampla liberdade de convocação da Assembleia Nacional Constituinte. Somente alguns deputados do PDT têm manifestado concordância com a posição do PT. Um amplo setor do PMDB está numa posição defensiva, embora todas estas bandeiras tenham sido levantadas durante todos estes anos de arbitrio.

No terreno da legislação partidária e eleitoral o PT defende a plena liberdade de organização partidária, contra a posição hoje majoritária na Comissão Interpartidária de criar restrições na Constituição, para a fundação e funcionamento dos Partidos. O PT está defendendo o critério da proporcionalidade entre eleitores e número de deputados, para diminuir o peso das oligarquias conservadoras do norte e nordeste no atual

Congresso e principalmente na Assembléia Nacional Constituinte. Esse critério está sendo violentamente combatido por esses setores conservadores, para manter a hegemonia de tais oligarquias e impedir que os grandes centros (S. Paulo é o principal exemplo), onde há uma população mais concentrada, existe uma classe operária e assalariados mais modernizados, mais conscientes, tenham um peso decisivo no Congresso Nacional.

### Lei Falcão

O PT está defendendo a revogação da chamada Lei Falcão, e o estabelecimento da propaganda eleitoral gratuita em igualdade de condições para todos os partidos, de acordo com o número de candidatos que esses partidos lancem. Diferentemente da proposta que está sendo hoje defendida por um setor do PMDB, que é de restringir o tempo de propaganda eleitoral de acordo com o número de parlamentares que cada partido possui hoje no Congresso. Na análise de Genoino, essa é uma visão conservadora e oportunista porque a eleição é exatamente para renovar o parlamento. Se a propaganda gratuita é feita com base no atual parlamento, reflete a intenção de manter o "status quo".

Ainda segundo Genoino, existe uma série de pontos de consenso que já se desenvolve na Comissão Interpartidária: o fim da sublegenda, de cuja emenda, inclusive, o PT é relator; o fim da fidelidade partidária é outro ponto de consenso, além de diminuição do domicílio eleitoral neste caso. O PT era pela sua eliminação. Existe igualmente concordância com a eleição direta em todas as capitais, áreas de segurança nacional e estâncias hidrominerais, até novembro de 85. Com relação a essa eleição o PT tem uma proposta, polêmica na Comissão, que ela se realize em dois turnos e que o prazo de desincompatibilização dos atuais Prefeitos nomeados seja de seis meses, para permitir que os atuais biônicos tenham o direito de deixar de sê-lo. O PT irá denunciar publicamente, se for o caso, o uso da máquina administrativa, etc., mas entende que não deve haver proibição na legislação.

### Direito pela metade

Com relação ao voto do analfabeto, o PT está batalhando na Comissão Interpartidária para que esse direito seja completo. Vo-

tar e ser votado. Entretanto, a proposta da maioria da Comissão ainda é bastante elitista e conservadora. Ela estabelece somente o direito de voto para o analfabeto. Na opinião de Genoino é inconcebível estabelecer o direito pela metade, isto é, só permitir ao analfabeto o direito de votar e não o de ser votado. Se ele vota também deve poder ser votado. A discriminação contra o cidadão, embora analfabeto, não pode persistir. O direito de um cidadão não pode ser medido pela sua capacidade de ler ou não. Mas deve ser medido pelas suas aspirações e pela sua participação e habilidade política. "Ignorar esse direito é uma visão elitista, conservadora e preconceituosa" — argumenta o parlamentar.

Genoino acrescenta que, uma vez excluídos setores da sociedade que têm peso igual a qualquer outro setor, desenvolve-se um processo de marginalização desses setores, com prejuízos imensos para o conjunto da sociedade. O mesmo se dá em relação aos soldados, cabos e marinheiros, impedidos de votar sem uma razão objetiva. Poderá ser, talvez, porque são muito jovens e não têm discernimento necessário? Mas não será necessário discernimento para fazer parte das Forças Armadas?

### Influência política do PT

Genoino fez ainda um pequeno balanço da participação do PT na Comissão Interpartidária. Existem pequenos avanços, que já são objeto de consenso na Comissão. Todavia, o Partido dos Trabalhadores não pretende se limitar a esses pequenos avanços, que precisam ser ampliados para impedir que as forças conservadoras e as que têm resquícios autoritários controlem o processo de convocação da Assembléia Nacional Constituinte. Essa batalha ainda não está terminada, porque o PT vai continuar apresentando suas propostas na Comissão Interpartidária e pretende intervir, posteriormente, no plenário, através de subemendas e substitutivos. Verifica-se, inclusive, que as propostas do PT têm um amplo apoio de entidades democráticas e de forças da sociedade brasileira, e é possível, com base nessas propostas, ampliar bastante sua intervenção e influência política, apesar de não possuir um bancada numerosa na Câmara dos Deputados.

Fernando Jorge

# A luta do PT pela remoção do "entulho autoritário"

*Teve início a primeira etapa da luta parlamentar do PT pela remoção do "entulho autoritário" e pela garantia de condições livres e democráticas para a convocação da Constituinte. O PT participa através do deputado Genoíno Neto de uma comissão inter-partidária de 21 membros que encaminhará ao plenário do Congresso propostas de mudança na Constituição. A comissão é composta de um membro do PT, um do PTB, um do PDT, quatro do Partido da Frente Liberal, seis do PDS e oito do PMDB, uma composição claramente desfavorável e politicamente conservadora.*

*Já foram realizadas cerca de dez reuniões e até agora foram aprovadas as seguintes propostas mínimas de consenso: eleições diretas para os prefeitos das capitais e dos municípios de áreas de segurança nacional em novembro deste ano; direito de voto aos analfabetos que só poderiam se candidatar à Câmara dos Vereadores; extinção da sub-legenda, do voto distrital e permissão das coligações partidárias; legalização dos partidos clandestinos; direito de voto aos cabos e soldados da PM; redução dos quocientes eleitorais para a representação dos partidos no Congresso.*

*A segunda fase da batalha parlamentar ocorrerá com o encaminhamento das proposições da comissão ao plenário do Congresso com tramitação prioritária.*

*Para o PT, é fundamental organizar uma campanha de massas em torno das reivindicações democráticas que tem defendido, na maioria das vezes de forma isolada.*

*A seguir, o deputado Genoíno Neto, fala a EM TEMPO da luta parlamentar que o PT vem travando.*

— A imprensa burguesa e os representantes da "Aliança Democrática" na Comissão Inter-partidária têm colocado toda a ênfase nos pontos de consenso estabelecidos, obscurecendo as posições divergentes surgidas. Eu perguntaria quais as principais divergências do PT com as posições majoritárias na comissão?

Genoíno — A primeira grande divergência manifestada já na primeira reunião da comissão é que o PT propõe que a comissão inter-partidária discuta a revogação não apenas da legislação partidária e eleitoral mas também da legislação de segurança nacional presentes na constituição como a Lei de Segurança Nacional, as chamadas sal-

va-guardas constitucionais, as atribuições do Conselho Segurança Nacional. O PT propõe também que a comissão trate da questão da convocação da Constituinte (atualmente estamos colhendo assinaturas para a apresentação de um ato convocatório da Constituinte, prevendo a eleição dos constituintes em 1985 e a sua instalação já em março de 1986. Enfim, propomos que a comissão promova a remoção de "todo o entulho autoritário", como pré-condição para a liberdade, a democracia e a soberania da Constituinte. A "Aliança Democrática" decidiu que a comissão deve restringir os seus trabalhos à legislação partidária e eleitoral.

---

"Propomos a remoção de 'todo o entulho autoritário', como pré-condição para a liberdade, a democracia e a soberania da Constituinte, mas a 'Aliança Democrática' decidiu restringir-se a apenas à legislação partidária e eleitoral".

---

A segunda grande divergência se refere à discussão das mudanças na legislação partidária e eleitoral. Neste campo, temos apresentado as seguintes divergências. Em relação à liberdade de organização partidária, estamos propondo a revogação completa da lei orgânica dos partidos. Estamos propondo que os únicos critérios para a legalização dos partidos deva ser um número de filiados não inferior a dois mil e o registro dos estatutos e programa em Cartório de Registro Civil. Não existiriam percentuais mínimos para o partido ter uma representação o Congresso e os partidos não mais seriam controlados pela Justiça Eleitoral. A "Aliança Democrática" propõe a manutenção de um quociente mínimo de votação para o partido ter representação no Congresso, devendo além disso os seus estatutos serem aprovados pela Justiça Eleitoral.

Em relação à proporcionalidade eleitoral, há outra divergência muito importante. A "Aliança Democrática" está propondo a manutenção dos atuais coeficientes de representação dos estados na Câmara, o que deforma bastante a representatividade das eleições. Como se sabe, estes coeficientes foram estabelecidos pela ditadura, como forma de dar um peso maior às regiões onde há um maior controle do voto pelas oligarquias, como no norte e nordeste do país.

No que diz respeito ao voto dos analfabetos, estamos a favor, ao contrário da "Aliança Democrática", de conferir ao analfabeto elegibilidade plena e não apenas para a Câmara dos Vereadores. Estamos, além disso, a favor do direito de voto aos cabos, soldados e marinheiros. A "Aliança Democrática" é contra.

Estamos propondo que haja a igualdade para o acesso de todos os partidos à propaganda gratuita nos meios de comunicação de massa. A proposta mais avançada defendida por um setor da "Aliança Democrática" é a de definir o tempo para os partidos da seguinte maneira: metade do tempo dividido com igualdade e metade distribuído de acordo com o tamanho das bancadas.

"O que fica claro é o interesse da Aliança Democrática em ter uma legislação partidária e eleitoral que garanta o controle do Parlamento por uma forte bancada de centro conservador."

O que fica claro é o interesse da "Aliança Democrática" em ter uma legislação partidária e eleitoral que garanta o controle do Parlamento por uma forte bancada de centro conservador. São feitas, inclusive, muitas citações da constituição alemã do pós-guerra como inspiração para as mudanças que estão sendo propostas.

— No funcionamento da comissão, tem havido oportunidades de composição o do PT com setores da "Aliança Democrática" ou com outros partidos? Ou o partido tende a ficar isolado na defesa destas propostas?

Genóio — O setor que tem apresentado uma postura mais reacionária tem sido a representação do Partido da Frente Liberal. No PMDB, no que diz respeito a algumas questões específicas, tem havido parlamentares que têm defendido posições mais progressistas. Como ocorreu na discussão da questão da proporcionalidade, quando o deputado Alberto Goldman defendeu a modificação da legislação existente. Por outro lado, foi possível atuar conjuntamente com o PDT na defesa da posição de que a comissão interpartidária não restringisse os seus trabalhos à mudança da legislação partidária e eleitoral.

— Que iniciativas estão sendo pro-

gramadas para dar um caráter de massas à luta por estas reivindicações democráticas defendidas pelo PT?

Genóio — É fundamental desenvolver um processo de mobilização com dois objetivos. Em primeiro lugar, pela aprovação no Congresso de convocação imediata de eleições para a Constituinte, a ser realizada já no final deste ano, como aprovou a última reunião do Diretório Nacional do partido. Em segundo lugar, pela garantia dos pressupostos de liberdade, democracia e soberania da Constituinte.

Se não houver esta mobilização, corremos o risco de até ver retroceder no plenário do Congresso o patamar de definições insuficientes já alcançado na comissão inter-partidária.

"... a questão democrática tende a ganhar mais força. Ganha mais força a proposta de ato convocatório da Constituinte que deve ser combinada com a defesa de diretas para presidente."

Se não tomar iniciativas no sentido desta mobilização, o PT corre o risco inclusive de dar um conteúdo jurisdicista e parlamentar à luta por estas reivindicações democráticas. É hora de promover debates amplos, promover uma ampla propaganda de rua para contra-balancear a hegemonia até das informações que a "Aliança Democrática" dispõe com o acesso aos meios de comunicação de massa, realizar manifestações de pressão sobre o Congresso.

— Em que o impedimento de Tancredo interfere na luta por estas bandeiras democráticas?

Genóio — Eu avalio que a questão democrática tende a ganhar mais força. Ganha mais força a proposta do ato convocatório da Constituinte proposto pelo PT que deve ser combinado com a defesa de eleições diretas para presidência da República.

